

EMBATES E INTERLIGAÇÕES NA TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO NO INTERIOR DE SÃO PAULO

EMBATTLED AND INTERCONNECTED IN THE TRAJECTORY OF SOCIAL ASSISTANCE IN BRAZIL: A CASE STUDY IN THE INTERIOR OF SÃO PAULO

Juliana de Araújo Silva¹

Julio Cesar Donadone²

RESUMO

Este trabalho visa trazer contribuições aos estudos sobre a Assistência Social no Brasil, analisando na Rede Socioassistencial de São Carlos/SP as principais organizações de Assistência Social em seu processo de construção de identidade como política pública. A pesquisa ocorreu em unidades do Centro de Referência em Assistência Social -CRAS, Centro de Referência Especializado em Assistência Social- CREAS, Centro de Referência Especializado para pessoas em Situação de Rua- Centro Pop e nove entidades sociais regulamentadas no Conselho Municipal de Assistência Social de São Carlos. Dentre os resultados observou-se a presença de embates e contradições diante as mudanças estruturais sucedidas na Assistência Social nas últimas décadas, que impulsionaram a transformação do modelo tradicional (ótica pela caridade/assistencialista) para a Nova Assistência Social (ótica de direitos/ não contributiva).

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social. Assistencialismo. Direitos sociais. Organizações. Rede socioassistencial.

ABSTRACT

This paper aims to contribute to studies on Social Assistance in Brazil by analyzing the Social Assistance Network of São Carlos/SP the main Social Assistance organizations in

¹ Doutoranda e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); graduada em Serviço Social pela UNAERP Ribeirão Preto, Administração e Pedagogia pela UNOPAR-São Carlos. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Araraquara e Justiça Federal de São Carlos. E-mail: judearaujosilva@gmail.com

² Professor Titular da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e coordenador do Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI). Foi pesquisador visitante na University of California Berkeley (1998 e 2018) e na EHESS – École des Hautes Études en Sciences Sociales/Paris 2005. E-mail: julio@dep.ufscar.br

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

the process of building their identity as a public policy. The research took place in units of the Reference Center for Social Assistance -CRAS, the Specialized Reference Center for Social Assistance- CREAS, the Specialized Reference Center for the Homeless and nine social entities regulated by the São Carlos Social Assistance Municipal Council. Among the results, it was observed the presence of clashes and contradictions in face of the structural changes that have occurred in Social Assistance in the last decades, which have driven the transformation from the traditional model (charity/ assistance approach) to the New Social Assistance (rights approach/non-contributive).

KEY-WORDS: Social Assistance; Welfare; Social Rights; Organizations; Social Assistance Network.

INTRODUÇÃO

No Brasil a Assistência Social nas últimas décadas, tornou-se uma política significativa, sendo considerada essencial na atualidade. Esta política pública visa atender as famílias e os usuários que necessitam do olhar de uma política garantidora de direitos e que deva facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços sociais básicos, à justiça e a uma cidadania plena. Entretanto, nem sempre foi assim. Saímos de um cenário em que a Assistência Social era prestada como um “favor”, uma benesse, fortemente ligada à Igreja Católica e realizada por voluntários, se adequava a práticas não profissionalizadas, ao baixo envolvimento do Estado e, muitas vezes, dependia de favores políticos para serem acessados pelo cidadão. A partir deste momento, a Assistência Social passa a ser pensada por meio da construção de um sistema constituído por programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais realizados em formato organizado e sistemático, com atribuições visivelmente definidas nas três esferas de governo (União, Estados e Municípios).

Em linhas gerais dos fatos históricos fundamentais que impulsionaram a configuração da Assistência Social como política pública e direito de quem dela necessite, temos: primeiro, a promulgação da Constituição Federal/1988, que a consagrou-se como política de Seguridade Social, com a Saúde e Previdência Social. Em segundo, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS sob nº. 8.742/1993, que surgiu para regulamentar, organizar e deliberar princípios, competências, atuações através de um sistema

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

descentralizado e participativo. A LOAS delibera que o Ministério responsável pela Assistência Social seja o coordenador da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, competindo a União apoiar de forma técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional, concedendo a manutenção do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Assim como, atender em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, as ações assistenciais de caráter de emergência. Em 2011, ocorrem alterações substanciais a LOAS. Através da Lei nº 12.435, garante-se o apoio financeiro da União à gestão descentralizada dos serviços, programas e projetos, transformando o sistema que organiza a assistência social no denominado Índice de Gestão Descentralizada (IGD) – SUAS.

O Terceiro momento se concretiza no ano de 2005, no qual cria-se o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sendo considerado um sistema que organiza os serviços de assistência no Brasil nas três esferas de governo e executora da PNAS. Para melhorar o atendimento da população no SUAS, em 2009 a Resolução nº109 tipificou os serviços de assistência social por níveis de complexidade, sendo então os serviços classificados em Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade.

Dentre as definições conceituais da Assistência Social nos deparamos com diversas formulações, a saber, ressaltamos a do seu Ministério responsável, que define como objetivo “a garantia da proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020, p. 1) esse sentido, Sposati (2009) conceitua o modelo gerencial da assistência social como “modelo de proteção social não contributiva”, relatando a existência de cinco características que demarcam seu processo de gestão em todo o território brasileiro. A primeira característica é ter a assistência social como política de direitos que opera serviços e benefícios e não só uma área de ação, em geral, de governos locais, baseada em dispositivos de transferência de renda ou de benefícios. A Segunda vincula-se a seu caráter federalista, isto é, supõe a ação integrada dos três níveis de gestão: o federal, o estadual e o municipal. Já a terceira configura-se em operar por meio de um sistema único, como as demais

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

políticas sociais brasileiras. A quarta consolida-se pelas políticas sociais brasileiras através do vínculo entre democracia social e política, e fora criada pelas lutas sociais na busca da democratização do Estado, combinando o processo de gestão com os sistemas de participação e controle social. Por último, a quinta característica concretiza-se pelo modelo pactuado entre os entes federativos, operado por coletivos representativos de gestores (municipais e estaduais) nas Comissões Inter- gestores Bipartites (CIBs), com representantes das esferas estadual e municipal, e por meio das Comissões Intergestores Tripartes (CITs), que agregam a área federal.

Quando refletimos sobre a dinâmica da assistência social no Brasil, utilizamos como suporte de pesquisa a ideia de um espaço social em disputa, com diversos agentes entrantes³ seus embates e transformações, como discutido por Donadone e Grün (2001). Logo, percebemos a sua transformação no campo das organizações de assistência social, que teve seu início e permaneceu por um longo tempo ligado ao seio da Igreja Católica por meio da prática assistencialista e, posteriormente, se transformou na prática profissionalizada da ótica de direitos.

Para Fligstein (2007, p.63) “grande parte da ciência social empírica nos campos da sociologia política, sociologia econômica, sociologia organizacional e movimentos sociais se refere à produção de novos campos ou à transformação de campos antigos”. Os campos segundo este autor são construídos pelo uso da cultura em três formatos: práticas sociais preexistentes (leis, definições de recursos e regras relevantes, e a habilidade dos atores de explorar tecnologias organizativas), o conhecimento local (regras exclusivas de cada campo e imersas a relações de poder entre os grupos), o terceiro formato é o uso de quadros que auxiliam os indivíduos no processo de decisão e as ações existentes, como cita o autor, “os atores possuem estruturas cognitivas que utilizam quadros culturais, semelhantes aos que Bourdieu (1977) denomina de “habitus”, para analisar os significados das ações dos outros”(FLIGSTEIN, 2007, p.64).

³ Bourdieu (1989) relata a existência de um mundo social construído sob diversas concepções abstratas e princípios de diferenciação. No campo social os indivíduos são denominados agentes e disputam na tentativa de diferenciar um do outro, impedir o avanço/ entrada de rivais e até mesmo excluí-los.

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

A teoria dos campos tem uma enorme vantagem analítica sobre as visões sociológicas convencionais, que promoveram pouca teorização sobre os campos de ação social. Ela oferece uma visão de como as ordens locais são criadas, sustentadas e transformadas. Essa teoria ajuda os acadêmicos a observar ordens específicas para determinar quais forças externas a um determinado campo estão em funcionamento. Ela também permite que os acadêmicos analisem em que condições e quando os grupos em um campo podem, de fato, criar novas ordens. (FLIGSTEIN, 2007, p.65).

O Estado e a Igreja católica destacam-se por serem dois pilares da assistência social historicamente legitimados pela sociedade, moldando e influenciando as concepções de ação da prática social, seja por um olhar voltado ao assistencialismo até consolidar-se a ideia direito social. Para Fligstein (2007, p.64)

As instituições são regras e significados compartilhados (implicando que as pessoas estão conscientes delas ou que elas podem ser conscientemente conhecidas) que definem as relações sociais [...]. As instituições podem, é claro, afetar as situações dos atores com ou sem seu consentimento ou compreensão.

Fligstein (1990) relata que os autores que controlam as práticas das organizações interpretam seus campos organizacionais e determinam programas de ação a partir de suas visões, tornando-as referências uma para as outras, logo:

Concepções de controle são visões de mundo totalizantes que fazem com que os atores interpretem as situações de uma dada perspectiva. São formas de análise usadas pelos atores para encontrar soluções para os problemas existentes na organização. No centro das concepções de controle estão hipóteses simplificadoras sobre como o mundo deve ser analisado (FLIGSTEIN, 1990, p.10).

Compreende-se que a Assistência Social no Brasil possui espaços que podem ser considerados conflituosos/ contraditórios, existindo a disputa entre as práticas de ação com caráter assistencialista (senso comum) e de direitos sociais (profissionalizada). Por isto, indagamos neste estudo se as organizações que atuam na política de Assistência Social da cidade de São Carlos/SP agem por qual destas concepções de ação? Logo, Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

poderemos analisar como a Assistência Social edifica seu processo de construção de identidade como política pública.

METODOLOGIA

A pesquisa iniciou-se com a delimitação de materiais para revisão bibliográfica e a leitura sistemática e analítica dos documentos. A pesquisa documental fundamentou-se no estudo de Leis, da LOAS, Decretos, Resoluções, a PNAS, Normas Operacional Básica de 2012 (NOB/ SUAS) e as normas anteriores, Norma Operacional Básica/SUAS-Recursos Humanos (NOB/SUAS- RH), entre outros.

Após a investigação documental, iniciamos a pesquisa de campo nas organizações que compõem o SUAS, nos níveis de Proteção Social Básica, Especial de Média/ Alta complexidade⁴. A amostra foi composta de cinco unidades do CRAS (localizados nas regiões dos bairros Cidade Aracy, Pacaembu, Santa Felícia, São Carlos VIII e Santa Eudóxia), no CREAS, Centro Pop e em nove entidade sociais, que na análise dos dados, por questão de sigilo, identificamos como organizações: A, B, C, D, E, F, G, H e I.

A escolha das unidades CRAS, CREAS e Centro Pop, justificam-se pelo fato da sua forte representação na Assistência Social. Estas unidades fazem parte da construção da Assistência Social como direito garantido pelo Estado, por isto, constituem-se campos para observação, pesquisa e análise do objetivo proposto por este trabalho. Para a seleção das entidades sociais (também denominadas de Organizações não governamentais-ONGs), nos deparamos com muitas instituições no campo, por isto, foram utilizados como critérios para a eleição destas nove ONGs, o fato de estarem cadastradas e regulamentadas no Conselho Municipal de Assistência Social, suas especificidades e diversidades de ação (público-alvo/demanda atendida) e o tempo de atuação (foram escolhidas as ONGs fundadas antes e depois da CF/88).

⁴ A tipificação dos serviços socioassistenciais desenha os serviços oferecidos pelo SUAS por níveis de proteção social (Básica e Especial de média e alta complexidade). Os serviços são ofertados de acordo com o risco e a vulnerabilidade de cada território e usuários.

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

Com o término da seleção das organizações, iniciou-se o contato (via e-mail/telefone), apresentação da pesquisa e agendamento/entrevista com os profissionais. Integraram o quadro desta pesquisa vinte e dois profissionais, dos quais foram entrevistados quatorze assistentes sociais, duas coordenadoras administrativas, duas pedagogas, duas terapeutas ocupacionais, uma advogada e um psicólogo. Dentre eles, a maioria é composta por pessoas do sexo feminino (vinte pessoas) e dois do sexo masculino, com faixa etária entre 22 a 65 anos e o tempo de atuação na área da assistência social no município varia entre 2 a 40 anos.

A identificação das variáveis de análise (estrutura física, estrutura organizacional, gestão e controle social) foram baseadas na PNAS, NOB/SUAS e SUAS, pois se tratam de variáveis importantes para a análise da assistência social. Conforme consta na PNAS (BRASIL, 2004, p.39) o SUAS define e organiza elementos essenciais para a execução da política de assistência social, dentre eles estão: matricialidade sociofamiliar; Descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; financiamento; controle social; o desafio da participação popular/cidadão usuário; a Política de Recursos Humanos; a Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

Quadro 1 – Variáveis de análise da pesquisa

| VARIÁVEL | DESCRIÇÃO | RAZÃO DA ESCOLHA |
|---------------------------------|---|--|
| Estrutura Física | Prédio cedido ou alugado, acessibilidade, equipamentos, entre outros. | A estrutura física é um fator importante de análise, pois permite conhecer as capacidades da organização. |
| Estrutura Organizacional | Formato da organização: divisão de tarefas, organização de atividades; recursos humanos: quantidade de profissionais, escolaridade, idade, tempo de trabalho, tipo de vínculo empregatício, entre outros. | Com a escolha desta variável permite-se entender a maneira como o trabalho é desenvolvido, como as funções são distribuídas, sistema de decisões, do agrupamento de atividades e recursos, entre outros. |

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

| | | |
|---------------------------------|---|--|
| Gestão e controle social | Financiamento de serviços e programas, quantidade e composição do conselho de assistência social. | A forma de gerenciamento da assistência social e a participação dos usuários dos serviços e programas são pontos fundamentais para se entender e analisar. |
|---------------------------------|---|--|

Fonte: Adaptado de PNAS (BRASIL, 2004), NOB/SUAS (BRASIL, 2004) e SUAS (MDS, 2010).

A TRAJETÓRIA DA TRANSFORMAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SP

De acordo com os dados do censo de 2010 do IBGE- 96% da população de São Carlos, de aproximadamente 252 mil habitantes, moram na zona urbana da cidade e 4% na zona rural. Segundo o IBGE, o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade social é de 0,41 e a incidência da pobreza para a cidade supracitada é de 12,08%. Portanto, considera-se que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de São Carlos é considerado muito alto (valor de 0,805) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. A renda per capita da cidade é de R\$ 37.652,04, na sequência, observamos que a taxa de educação é de 0,766 e a expectativa de vida fica em torno de 76/78 anos.

De acordo com a análise da documentação pesquisada sobre a história de São Carlos em relação à assistência social, o município se desenvolveu dentro dos limites de um território agroindustrial e a assistência social era praticada como a ajuda aos indivíduos, caridade e dever moral. Por sua vez, os últimos elementos foram totalmente estimulados pelas instituições religiosas locais, destaque para a Igreja Católica e para o Espiritismo que tem forte movimento na cidade. Observa-se, portanto, que o assistencialismo vem marcando o histórico da assistência social em São Carlos e ainda hoje é possível identificar traços marcantes das relações de ajuda e benemerência que envolve os assistidos pelo setor.

Em 1990, depois do longo período marcado pelo assistencialismo nas décadas anteriores, ocasionado por sucessivos governos locais com características conservadoras,

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

que ainda compreendiam a assistência social como doação, ajuda e bem-estar, temos a criação da Lei Orgânica do Município de São Carlos.

Capítulo II DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Compete ao Município, na área de Assistência Social: I- formular políticas municipais de assistência social em articulação com a política estadual e federal;

II - Legislar e normatizar sobre matéria de natureza financeira, política e programática e na área assistencial, respeitadas as diretrizes e princípios federais e estaduais;

III - planejar, coordenar, executar, controlar, fiscalizar e avaliar a prestação de serviços assistenciais à nível municipal, em articulação com as demais esferas do governo;

IV - Registrar e autorizar a instalação e funcionamento de entidades assistenciais não governamentais. A Coordenação da Assistência Social do Município será exercida pelo Departamento de Serviço Social Municipal. Poderá o Município manter convênio com entidades assistenciais locais e subvencioná-las para que as mesmas possam cumprir o seu papel social. Para efeitos de subvenção municipal as entidades de assistência social atenderão aos seguintes requisitos: I - integração dos serviços à política municipal de assistência social; II- garantia da qualidade dos serviços; III - subordinação dos serviços à fiscalização e supervisão do Departamento de Serviço Social do Município, concessora da subvenção; IV - prestação de contas para fins de renovação de subvenção; V - existência na estrutura organizacional da entidade, de um conselho deliberativo com representação dos usuários. (SÃO CARLOS, 1990, p. 53-54)

Em 1996, pela Lei 11.252 foi instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS composto inicialmente por dezoito membros sendo nove representantes governamentais e nove representantes da sociedade civil. A mesma lei vincula ao Conselho Municipal de Assistência Social e cria o Fundo Municipal de Assistência Social, o qual será regulamentado pelo Regimento Interno, com o objetivo de captar e aplicar recursos financeiros destinados ao atendimento das ações de Assistência Social no âmbito do município, em conformidade com o artigo segundo da LOAS.

Em 1997, com a Norma Operacional Básica que instituiu o sistema descentralizado e participativo, São Carlos passou a ter os recursos financeiros para a Assistência Social como responsabilidade das três esferas de governo. E os serviços eram

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

executados pelas entidades e organizações do próprio município que passaram a formar, no seu conjunto, a rede de assistência social.

A rede socioassistencial precisa cooperar entre si para cumprir com as atribuições de inscrever e fiscalizar o trabalho das entidades e organizações de assistência social, divulgar os serviços de proteção social, socializar o acesso e a defesa dos direitos sociais, os serviços públicos e privados da rede socioassistencial tendo como finalidade proporcionar mais um instrumento que busca garantir a proteção social e dar visibilidade ao conjunto de entidades de natureza diversa e do engajamento do poder público, no objetivo comum de buscar resultados coletivos voltados à área social, trabalhando em parceria. Bem como, torna transparente a todos os cidadãos o direito de acessar as informações que dizem respeito aos serviços, programas e projetos desenvolvidos.

A LOAS estabelece que as ações de Assistência Social passem a ser organizadas em esquema descentralizado e participativo. Este sistema oportuniza, de acordo com a NOB/97, a efetiva partilha de poder, a definição de competências das três esferas de Governo, a prática da cidadania participativa por meio de Conselhos de assistência social e as transferências de responsabilidades pela execução dos serviços, programas e projetos para estados, Distrito Federal e municípios, devidamente acompanhados do correspondente de recursos, cooperação técnica, acompanhamento, avaliação e fiscalização. Em 1998 o município de São Carlos já cumpria integralmente o artigo 30 da LOAS, ou seja, mantinha em funcionamento o Conselho e o Fundo e elaborado o Plano Municipal de Assistência Social. Em 1999, através da lei n ° 12.212 regulamenta-se a celebração de parcerias entre o Poder Público e entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, para promover ações no âmbito da Assistência Social.

Conforme detalha o art. 15 da LOAS, compete aos Municípios destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidas pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil; atender às ações assistenciais de caráter de emergência; prestar os serviços assistenciais.

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

O SUAS configura-se como um sistema organizacional da política de Assistência Social que regula e organiza em todo o território nacional os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Pressupõe a constituição de uma rede de serviços, com eficácia nas suas ações específicas e nas ações em que se relaciona com as demais políticas públicas setoriais, consta também de uma gestão compartilhada e com financiamento da política pelas três esferas de governo, representando assim, a consolidação de uma estrutura descentralizada, participativa e democrática.

Em 2005, após a V Conferência de Assistência Social do município, foi implementado o Sistema Único de Assistência Social. Na referida conferência foi avaliada a Política Pública de Assistência Social e definidas diretrizes e prioridades para sua implementação, além de estratégias e metas para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social. Neste mesmo ano, iniciou-se a implantação de quatro CRAS no município de São Carlos.

Em 2007, foi realizada a VI Conferência Municipal de Assistência Social, tendo como tema “Compromisso e responsabilidades para assegurar proteção social pelo SUAS”. A conferência tinha como objetivo avaliar as metas deliberadas na V Conferência Municipal, referentes à gestão, financiamento, recursos humanos e controle social do SUAS. Além disto, visava identificar avanços, dificuldades e desafios para os próximos oito anos e discutir os “10 direitos socioassistenciais”. Com este mesmo objetivo, foi realizada em 2009 a VII Conferência Municipal de Assistência Social que teve como tema geral a Participação e Controle Social no SUAS. Em 2011, aconteceu a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema “Consolidar o SUAS e valorizar os seus trabalhadores”. Em 2013, ocorreu a IX Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema “A gestão e o financiamento na efetivação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social)”. Por fim, em 2015, teve a X Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema “Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026”. A última tinha como objetivo analisar, propor e deliberar, com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado.

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

A partir da implementação do SUAS no município, a Política de Assistência Social passou a ser estruturada de forma diferenciada, contando com novos equipamentos sociais. O município passa então a contar com rede estruturada de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.⁵

A Proteção Social Básica do município conta, dentre outras instituições, com cinco CRAS estrategicamente situados em bairros mais vulneráveis e populosos da cidade, de acordo com a PNAS/2004. Cada CRAS conta com uma equipe de referência composta por profissionais de serviço social, psicologia, técnicos administrativos, orientadores sociais e auxiliares de serviços gerais.

Na execução da Proteção Social Especial de média complexidade, além de instituições como APAE, dentre outras da sociedade civil, a cidade conta com um CREAS e Centro Pop, composto por assistentes sociais, psicólogos, orientadores socioeducativos,

⁵ A rede socioassistencial do município é composta pelas instituições: Cras, Creas, Centro Pop, Secretaria Municipal, Casa de Acolhimento, Núcleo de Atendimento Integrado- NAI, Fundação Casa, Centros Comunitários, Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, Família Acolhedora, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, Casa de Passagem, Conselho Tutelar, Centro de Referência do Idoso, Comunidade Missionária Divina Misericórdia, Associação salda Terra, ACORDE - Associação de Capacitação, Orientação e Desenvolvimento do Excepcional, ONG – MID (Movimento de Informação sobre Deficiência), Associação da Missão Evangélica para Assistência à Criança, CARITAS – Paroquial de São Nicolau de Flue, CARITAS – Paroquial São Domingos Sávio e São Brás, CATEM - Centro de Aprendizagem e Técnicas “Emílio Manzano”, CEFA – Prof. Cid da Silva César, Lar Rosa de Sarom, Congregação das Religiosas do SS Sacramento – Obra de Assistência Social Sacramentinas, Núcleo Kardecista Paz, Amor e Fraternidade, Nosso Lar, Salesianos São Carlos, C.A.S.A. – Centro Assistencial Santo Antonio, Grupo Espírita Consciência e Caridade, Sociedade Presbiteriana de Assistência Social – Helena Dornfeld, Cantinho Fraternal D. Maria Jacinta, Núcleo “Guardiões do Amor” - Cantinho de Luz, Saber Amar Sociedade Alternativa, Associação Bom Samaritano de São Carlos para a Reintegração de Egressos na Sociedade, ONG Amigos de São Judas Tadeu – ASJT, Nicolau de Flue, CARITAS – Paroquial São Domingos Sávio e São Brás, CATEM - Centro de Aprendizagem e Técnicas “Emílio Manzano”, CEFA – Prof. Cid da Silva César, Lar Rosa de Sarom, Congregação das Religiosas do SS Sacramento – Obra de Assistência Social Sacramentinas, Núcleo Nicolau de Flue, CARITAS – Paroquial São Domingos Sávio e São Brás, CATEM - Centro de Aprendizagem e Técnicas “Emílio Manzano”, CEFA – Prof. Cid da Silva César, Lar Rosa de Sarom, Congregação das Religiosas do SS Sacramento – Obra de Assistência Social Sacramentinas, Núcleo Kardecista Paz, Amor e Fraternidade, Nosso Lar, Salesianos São Carlos, C.A.S.A. – Centro Assistencial Santo Antonio, Grupo Espírita Consciência e Caridade, Sociedade Presbiteriana de Assistência Social – Helena Dornfeld, Cantinho Fraternal D. Maria Jacinta, Núcleo “Guardiões do Amor” - Cantinho de Luz, Saber Amar Sociedade Alternativa, Associação Bom Samaritano de São Carlos para a Reintegração de Egressos na Sociedade, ONG Amigos de São Judas Tadeu – ASJT, Obras Sociais da Associação Espírita "Francisco Thiesen" , ONG – Cidadania e Justiça, Serra Clube de São Carlos, Rede Feminina de Combate ao Cancer, Igrejas, Centros Espíritas, Alcoólicos Anônimos, Grupos de autoajuda, Associação dos Vicentinos, Rotary Clube, Lyons Clube, demais associações da sociedade civil, dentre outras.

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

auxiliares administrativos, entre outros. A alta complexidade do município é composta por instituições como a Casa de Acolhimento, para guarida de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos; a Fundação Casa, para acolhimento de jovens em situação de medidas socioeducativas de privação de liberdade (internação) e semiliberdade, de 12 a 21 anos incompletos; instituições de longa permanência para os idosos acima de 65 anos, a casa de passagem para migrantes, itinerantes e pessoas em situação de rua.

Assim, considerando a heterogeneidade da rede socioassistencial do município, uma vez que é constituída por instituições com históricos e objetivos diferenciados e que compõem os mais distintos setores como Saúde, Educação e Assistência Social, observa-se que existe no atendimento à população do município direcionamentos dos mais variados. Isso ocorre porque convivem neste contexto instituições com caráter absolutamente assistencialista que se materializam em ações ainda pontuais e fragmentadas. A saber, as instituições religiosas e, em direção diametralmente oposta, as instituições que objetivam promover a família com ações continuadas, mais efetivas, socioeducativas e que corroboram para a afirmação das Políticas Sociais de caráter público realizadas pelo Estado que respondem as demandas oriundas da população de forma sistematizada e no horizonte do direito social, com destaque para os PSF'S, CRAS e CREAS.

A Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social localiza-se na Rua Conde do Pinhal, 2228, centro. A sede é alugada, conta com estrutura física em boas condições, é localizada na região central da cidade, com placa de identificação do local, acessibilidade, veículos próprios, entre outros.⁶

⁶ A estrutura organizacional conta com: Departamento de Assistência Social; Divisão de Políticas e Atendimento à População em Situação de Rua; Divisão de Políticas e Atendimento ao Idoso e as Pessoas Com Deficiência; Divisão de Políticas para as Mulheres; Divisão de Políticas para Diversidade Sexual; Divisão de Proteção Social Básica; Divisão de Proteção Social Especial; Seção de Atendimento a Criança e Adolescente em Situação de Risco; Departamento de Planejamento Social e Gestão Orçamentária Divisão de Apoio aos Centros Comunitários e Centros de Referências de Assistência Social; Divisão de Cadastro Único Seção de Apoio Administrativo e Financeiro.

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

A CATEGORIA ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL

Nesta parte, será analisada a estrutura física e organizacional das instituições estudadas. Identificaremos as unidades como CRAS, CREAS, Centro Pop e as ONGs como A, B, C, D, E, F, G, H e I. Esta estrutura organizacional baseia-se na NOB/SUAS-RH, que determina para a adequada gestão do SUAS, em cada esfera de governo, seja fundamental a garantia de um quadro de referência de profissionais designados para o exercício das funções essenciais de gestão. Como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 2 – Referência de profissionais Gestão Municipal

| Gestão Municipal | Funções Essenciais |
|-------------------------|---|
| | Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social |
| | Coordenação da Proteção Social Básica |
| | Coordenação da Proteção Social Especial |
| | Planejamento e Orçamento |
| | Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social |
| | Gerenciamento dos Sistemas de Informação |
| | Monitoramento e controle da Execução dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios |
| | Monitoramento e Controle da Rede Socioassistencial |
| | Gestão do Trabalho |
| | Apoio às Instâncias de Deliberação |

Fonte: NOB/SUAS- RH (BRASIL, 2006)

As unidades dos CRAS estudadas contam em sua estrutura física com: sala de recepção, do Serviço Social, da Psicologia e outra destinada à coordenação, contando ainda com cozinha, dois banheiros e sala para reuniões e cursos. Alguns CRAS localizam suas sedes em centros comunitários e outras atuam em espaço alugado pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. Todos os CRAS visitados apresentaram

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

acessibilidade, placas de identificação do local, organização, moveis e equipamentos em boas condições, entre outros.

As unidades dos CREAS e Centro Pop, contam em sua estrutura física: sala de recepção, do Serviço Social, da Psicologia e outra destinada à coordenação, contando ainda com cozinha, banheiros e sala para reuniões e cursos. O CREAS e o Centro Pop localizam-se no centro, em espaço alugado pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. Estas unidades apresentam ter acessibilidade, placas de identificação do local, organização, moveis e equipamentos em boas condições, entre outros.

A proteção especial determina que suas equipes de referência para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Especial de Média (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) sejam compostas de:

Quadro 03 – Âmbito de prestação dos serviços e execução das ações CREAS Média complexidade

| Municípios em Gestão Inicial e Básica | Municípios em Gestão Plena e Estados com serviços Regionais |
|---|---|
| Capacidade de Atendimento de 50 pessoas/indivíduos | Capacidade de atendimento de 80 pessoas indivíduos |
| 1 coordenador | 1 coordenador |
| 1 assistente social | 2 assistentes sociais |
| 1 psicólogo | 2 psicólogos |
| 1 advogado | 1 advogado |
| 2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) | 4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) |
| 1 auxiliar administrativo | 2 auxiliares administrativos |

Fonte: NOB/SUAS- RH (2006).

Nas entidades sociais a equipe necessária para a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social deve ser compatível com sua a área de atuação, que justifique a sua inscrição, ou seja, uma entidade que queira fazer sua inscrição no CMAS por atuar com acolhimento institucional, deve ter equipe compatível com o serviço prestado. A entidade que atua com o fortalecimento dos movimentos sociais, deve ser verificada, no sentido de observar-se como a atuação acontece e se existe equipe compatível para fazer este

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

trabalho, bem como as entidades que atuam através da defesa e garantia de direitos, que na maioria das vezes, consolida-se pela própria diretoria eleita que realiza as ações.

Cabe mencionar que as informações abaixo citadas, sobre as estruturas físicas e organizacionais das instituições foram obtidas por meio da análise de documentações cedidas pelas organizações. A organização “A”, foi fundada em maio de 1962, nasceu com o objetivo de criar uma escola onde crianças excepcionais conseguissem ser atendidas de acordo com o seu grau de limitação. Nesta época era mantida por doações, especialmente de grandes empresários e o Rotary Club. Entretanto, com o crescimento do setor esta organização teve que adotar novas ferramentas e práticas de gestão, buscando maior profissionalização para atender as demandas e financiamentos. Hoje, visa oferecer atendimento de qualidade para promover autonomia e independência, visando melhor qualidade, socialização e interação. Dividida em quatro setores: assistência social, saúde, educação e gestão, com profissionais direcionados em cada área, que se compartilham e realizam as atividades de planejamento. Conta com profissionais como: atendente, coordenadoras, escriturárias, diretores, fisioterapia, fonoaudiologia, médicos, motoristas, odontologia, pedagogas, professores, psicólogas, secretárias, serviços de apoio, serviços gerais, serviço social, terapia ocupacional, voluntários entre outros.

Em relação a sua estrutura física, inicialmente funcionou precariamente em umas das dependências de um estádio de São Carlos. No ano de 1965, recebeu a doação de um terreno e, em 1970, instalou-se na sede própria, localizada na região norte da cidade. Hoje a instituição conta com uma área de 9.553,60 m², com área construída de 3.572,35 m², o restante é considerado área livre. Conta com salas de aula, informática, ambulatórios de atendimento, salas dos profissionais, sala administrativa, refeitório, cozinha, entre outros.

A organização “B” foi fundada no ano de 1988, por um grupo de mães que buscavam um atendimento especializado para seus filhos com necessidades educacionais especiais, em seu início a intenção era fornecer um local onde seus filhos conseguissem conviver e trocar experiências. Mas, com o passar do tempo, percebeu-se a importância que este espaço poderia oferecer, com isto, a estrutura organizacional transformou-se. Hoje, o seu objetivo é atender os alunos de forma a desenvolver suas qualidades, aprimorando suas capacidades e incentivando sua independência e inclusão social. Os

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

funcionários que formam a equipe multidisciplinar são: educadora especial, educadora física, psicólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudióloga, nutricionista, voluntários entre outros. A sede da organização é alugada, localizada próxima à região central, mas estão construindo uma nova sede com o auxílio de voluntários e da diretoria. No espaço atual conta com salas de aula, sala de informática, sala de coordenação, recepção, refeitório, banheiros, entre outros.

A organização “C” foi fundada em 1922, pela Sociedade São Vicente de Paulo, com apoio de uma família que cedeu o espaço para construir a sede da entidade. Surgiu com a finalidade a caridade aos idosos em estado de miserabilidade e abandono. Segundo o seu Estatuto Social, artigo 3, parágrafo I e II, tem como finalidade a prática cristã no campo da assistência social e promoção humana, visando especificadamente manter o estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, em condições de saúde física e mental; propor assistência matéria, moral, intelectual e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação de sua saúde física e mental de seus internos. Os profissionais que trabalham na organização são de serviço social, enfermagem, fisioterapia, medicina, nutrição, terapia organizacional, coordenadores, entre outros. A organização localiza-se próxima a região central da cidade, possui uma grande estrutura composta de: recepção, administração, sala de atendimentos, ambulatórios, sala de reuniões, refeitórios, dormitórios, banheiros, entre outros.

A organização “D” foi fundada em 1962. Através de uma ação de pessoas, para amenizar e colaborar com amor, carinho e dedicação à vida de várias crianças carentes que habitam na cidade de São Carlos, doando amparo proteção, alimentação e educação sem distinção de raça, cor, nacionalidade e sexo. Iniciou as atividades com vinte e quatro crianças internas e alguns anos depois chegou a atender por volta cinquenta e duas crianças. Com as transformações que ocorreram na assistência social, a organização adquiriu novas concepções, entretanto, sem abandonar o caráter geminado. Atualmente, possui uma Diretoria Executiva composta por seis membros, e um Conselho Deliberativo composto por nove membros e três suplentes. Sendo que, esta Diretoria é auxiliada por comissões subdivididas em diversas áreas de trabalho que a Instituição executa. Conta com sessenta e um funcionários, sendo trinta e dois educadores, uma assistente social,

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

duas coordenadoras pedagógicas, uma psicóloga, entre outros. A sede da organização é própria, situada na região sul, conta com espaço para salas de aulas, de informática, sala de reunião, oficinas, recepção, refeitório, recreação, entre outros.

A organização “E” foi fundada em 2010. Através da união de profissionais e empresários da cidade de São Carlos - SP, atraídos pelo objetivo único de apoiar e patrocinar atividades que visem o combate à desigualdade social, principal desencadeadora da violência urbana. O quadro de funcionários é formado por pedagogos, coordenadora, oficinairos, educadores, entre outros. A organização possui sede concedida pela Prefeitura Municipal, situada na região Oeste da cidade, em área de 4.200 m² na qual foi construída sua sede social e esportiva com 800 m², que contempla salas de aula, salão de artes, sala de dança/balé, refeitório, cozinha, *play ground*, quadra de esportes, campo de futebol, vestiários etc.

A organização “F” passou por uma reformulação, originalmente foi fundada em 1962, por iniciativa do juiz de Direito Dr. Marino Costa Terra que, baseado no Código de Menores vigente na época, iniciou o trabalho de associativismo infanto-juvenil, com o objetivo de promover a inserção social dos jovens, trabalho cujo sucesso nos anos seguintes expandiu-se para diversas regiões do Brasil. Durante alguns anos ofereceu cursos de capacitação na área de administração, formando os chamados "Aprendizes", que são encaminhados para as empresas, com direito à carteira assinada e aos direitos trabalhistas. Em 2006, a organização renasceu como uma escola técnica para os adolescentes, exercendo as atividades de acordo da lei da aprendizagem N°10.097 e do Decreto Federal nº 5598/2005. O objetivo principal da organização é trabalhar com adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prepará-los e encaminhá-los ao mercado de trabalho. A equipe é composta por coordenação geral, técnica e administrativa, professores, auxiliar de cozinha, voluntários, estagiários e serviços gerais. A instituição possui sede própria, localizada na região norte da cidade, conta com salas de aula, sala de informática, refeitório, recepção, sala de atendimentos, sala coordenadora, administração, banheiros, entre outros.

A organização “G” teve indícios da sua fundação no ano de 1946/1947, através da reunião de um grupo de pessoas de São Carlos, com a finalidade de fundar um orfanato,

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

sob a orientação católica da Diocese de São Carlos. A obra inicialmente tinha como finalidade prestar assistência ao menor carente, do sexo masculino, desde recém-nascido até os 18 anos. A nova obra foi inaugurada solenemente, no dia 16 de outubro de 1949, recebendo os 20 primeiros meninos. Hoje, a organização tem como objetivo preventividade, educação social, e direitos humanos. Atendendo crianças e adolescentes de ambos os sexos em projetos e cursos. Conta com sede própria, localizada próxima à região central da cidade. Em seu quadro de funcionários possui assistente social, pedagogos, educadores, psicólogos, orientador de medidas, entre outros.

A organização “H” foi fundada em 2012, entidade ligada à Igreja Católica que trabalha com moradores de rua, com a missão de difundir a Misericórdia do Pai a todos os seus filhos, com retiros, meios de comunicação social e todas as formas que nos possibilita levar a palavra de Deus, principalmente evangelizando através das obras de misericórdia, encontrando Cristo no mais necessitado, conforme a passagem bíblica. O objetivo principal é praticar as obras de misericórdia espirituais (dar conselhos, ter paciência com os outros, perdoar sempre, orar pelos vivos e pelos mortos, ensinar os néscios, corrigir os errantes e consolar os aflitos) e corporais (dar comida a quem tem fome, dar água a quem tem sede, vestir os nus, visitar os doentes, visitar os presos, enterrar os mortos e acolher os peregrinos). A organização considera-se uma entidade religiosa regida pelas normas de direito vigente em nosso país e pelas normas do Código de Direito Canônico (especialmente as que disciplinam as associações privadas de leigos consagrados e de religiosos que busca viver os conselhos evangélicos professando os votos de obediência, pobreza e castidade). O local é cedido para a organização, localizado na região sul da cidade, desenvolve as atividades com o auxílio de voluntários, as nomeações ocorrem de acordo com o fundador de Batatais. Segundo o entrevistado, aqui identificado como “D”, a comunidade é formada por pessoas vocacionadas que acreditam que através do trabalho voluntário possa sair do discurso e partir para a prática e entregar a vida a este serviço sem esperar nada em troca. O trabalho é totalmente gratuito e realizado por irmãos de vida consagrada que residem na própria comunidade e que dela não recebem nenhuma remuneração.

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

A organização “I” foi fundada em 2006, a partir da Pastoral Carcerária, tem como objetivo o assessoramento e a ressocialização de maiores infratores a sociedade. Localiza-se na região central da cidade, conta com diretoria, coordenadores, auxiliar, voluntários, entre outros.

A CATEGORIA ORGANIZACIONAL

Podemos considerar que não em relação à religião temos uma entidade ligada ao espiritismo, quatro ao catolicismo, enquanto o restante manifesta qualquer intenção religiosa em suas práticas. Dentre os diálogos analisados, em relação à religião o que temos a expor são seguintes:

Nossa missão é praticar as obras de misericórdia espirituais (dar conselhos, ter paciência com os outros, perdoar sempre, orar pelos vivos e pelos mortos, ensinar os néscios, corrigir os errantes e consolar os aflitos) e corporais (dar comida a quem tem fome, dar água a quem tem sede, vestir os nus, visitar os doentes, visitar os presos, enterrar os mortos e acolher os peregrinos). Entrevistado “C”

A nossa entidade, possuía em suas bases iniciais a ligação com a religião espírita, mas hoje procuramos não relacionar mais o nosso trabalho com a religião, buscamos fazer atividades de acordo com as normas da legislação. Ainda temos um centro espírita que funciona em um local que pertence à instituição, mas não existe relação. A intencionalidade da entidade é uma coisa, e a do centro é outra. Entrevistado “F”

Ao indagar o profissional se existe preconceito das pessoas de outras religiões em frequentar a instituição espírita, o profissional respondeu:

Sim, existe o preconceito. Apesar de atendermos crianças que os pais são evangélicos e católicos. Algumas famílias que moram até aqui próximo preferem levar os filhos para serem atendidos em outras entidades que fazem o mesmo papel que nós. Entrevistado “F”

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

Algumas das organizações exigiam que para participar da diretoria, as pessoas deveriam pertencer à mesma religião da entidade.

Existe uma regra aqui na entidade para pertencer à diretoria executiva, na qual o membro para assumir determinada função deve ser vicentino, pois assim a pessoa entenderá a verdadeira vocação e o significado de nosso trabalho. Entrevistado “M”

Os membros da diretoria, assim como da direção da entidade precisam ser ecônomo religioso consagrado ou irmão. Esta é uma norma que é cumprida na entidade desde a sua fundação. Entrevistado “R”

Ao analisar os diálogos acima, percebemos o quanto a religião encontra-se presente nos alicerces da maioria das ONGs estudadas. Confirmando o que Yasbek (2010) relata, na medida em que, as organizações de assistência social que iniciaram suas atividades no seio da Igreja Católica possuem caráter caridoso, forte influência religiosa e assistencialista.

Outro fator a ser destacado no que envolve a religião nestas ONGs, é a presença do discurso moral, principalmente sobre o voluntariado. Silva (2006, p. 328) nos remete a concepção de caridade disseminada pela Igreja Católica por meio de um discurso moral, já que, “a caridade cristã a todos se estende [...] ela não espera vantagem alguma nem gratidão. Foi com amor gratuito que Deus nos amou. Assim também os fiéis por sua caridade se mostrem solícitos por todos os homens[...]”.

Algumas práticas de ação voluntária aliam-se as práticas religiosas em várias organizações sociais, com o intuito de ajuda, solidariedade, caridade e benevolência. Vemos isto, através de pessoas que se candidatam voluntariamente para ajudar a organizar eventos como almoços, jantares, bingos, entre outros; para arrecadar recursos financeiros para as entidades sociais, ou através das campanhas de doações de alimentos e roupas, que encontramos sempre ao sair de supermercados, comércios e lojas.

Outro fato que representa a influência do discurso moral religioso, são as imagens de santos, medalhas milagrosas que recebemos por correios de entidades, que se utilizam

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

desses elementos para obter recursos financeiros. Nas cartas encontramos escritos tais como, “que já está benta” e “quem usar a medalha receberá todas as graças de que precisa”; “[...] Por isso tomo a liberdade de pedir-lhe uma contribuição. A doação de “pequenos donativos” de R\$10, R\$20 ou R\$50[...] Isso são apenas sugestões, você pode “enviar qualquer quantia, de acordo com suas possibilidades ou com o que Deus lhe inspirar a dar”. Ao mesmo tempo, percebe-se que juntamente com o texto cheio de promessas grandiosas e implausíveis é encaminhado um realista e palpável boleto bancário.

A CATEGORIA GESTÃO E CONTROLE SOCIAL

Neste tópico apresentaremos a forma de financiamento de serviços e programas, planejamento de ações, quantidade e composição do conselho de assistência social, entre outros. Como já relatamos anteriormente, o financiamento da assistência social é operacionalizado na modalidade fundo a fundo ou por meio da celebração de convênios e contratos de repasse, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social aos Fundos de Assistência Social Municipal. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destina recursos para cofinanciar serviços e programas do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e para apoiar projetos de construção de CRAS e CREAS.

O financiamento do CRAS, CREAS e Centro Pop seguem as classificações do Governo Federal dos pisos de proteção social, conforme critérios para a oferta dos serviços. Os pisos do CRAS estudados são: Piso Básico Fixo (Paif), Piso Básico Variável II – Serviços de Convivência e Fortalecimento de vínculos para idosos e/ou crianças de 0 a 06 anos e suas famílias. Os pisos que pertencem ao CREAS são o Piso Fixo de Média Complexidade I e o Piso Fixo de Média Complexidade II. O piso de proteção social do Centro Pop é o Piso Fixo de Média Complexidade IV.

A forma de aquisição de recursos das ONGS advém de convênios com a Prefeitura Municipal, Estado e União; doações em geral; eventos promovidos pela própria entidade, como quermesses, bingos, almoços, jantares dançantes, vendas de artesanatos, pães, festivais de pizza, feijoada, almoço; emenda parlamentar; adote/apadrinhe uma criança; Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

nota paulista; doações via telemarketing; doações do segundo setor; prestações pecuniárias repassadas pelo poder judiciário. Apenas a organização “G” realiza os serviços do Piso Variável de Média Complexidade (Peti) e Piso Básico Variável – Pró-Jovem.

Ao questionar aos entrevistados sobre quais as possibilidades e limites enfrentados para efetivar direitos nas organizações, a resposta foi praticamente unânime: deficiência dos recursos financeiros. A escassez financeira é um dos maiores problemas encontrados pelas ONGs no seu equilíbrio da balança financeira, pois além da dificuldade de captação, existe a limitação no uso das verbas obtidas. Alguns projetos sociais são patrocinados por empresas privadas ou governo, dentre as quais não possibilitam pagamentos referentes à luz, água, aluguel, funcionários que atuam na área administrativa das organizações entre outros. Como relata o entrevistado abaixo:

Existem projetos que limitam o uso de recursos. Como exemplo na contratação de profissionais, onde um profissional administrativo não pode ser pago com o dinheiro de um determinado projeto, apenas o profissional que executará as atividades do projeto. Temos esta limitação. O que dificulta a ação, pois os funcionários administrativos por muitas vezes precisam ser pagos com recursos próprios, e a entidade não tem dinheiro para isso, acaba pagando baixos salários e perdendo bons profissionais, pois é de extrema importância ter bons profissionais na área administrativa, porque o indivíduo precisa ter um conhecimento específico; saber como funciona processo de licitação, prestação de conta e elaboração de relatórios, caso contrário isto pode afetar diretamente a entidade, que pode sofrer algum processo ou não conseguir a renovação dos projetos. Entrevistado “C”

Assim como no mundo do mercado econômico, onde empresas grandes sufocam empresas pequenas, ocorre o mesmo no mundo das organizações de assistência social, ou seja, as entidades que são consideradas pequenas ou que tenham outras organizações com as mesmas similaridades encontram dificuldades em adquirir financiamentos para os seus projetos. A concorrência por recursos é cada vez maior entre as entidades, como podemos ver no discurso abaixo:

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

Por muitas vezes, os investidores escolhem apoiar as grandes organizações, que já tenham tradição na cidade, do que como nós as pequenas entidades. O que torna mais difícil o processo de arrecadação. Um bom exemplo disto é o telemarketing, onde ligamos para as pessoas pedindo doações para os nossos projetos, e por muitas vezes ouvimos: “já faço doação para a entidade X (a entidade conhecida) não vou poder ajudar”. O que nos ajuda a quebrar estas barreiras é a nossa luta por construir uma boa credibilidade e reputação, fazendo com que sejam transparentes nossas prestações de contas. Entrevistada “G”

Temos também a presença da burocracia no processo de obtenção de valores financeiros, por meio da qual, para a aquisição de financiamentos de projetos sociais as ONGs necessitam passar por vários processos rigorosos, seja os determinados por leis ou critérios de seleção dos investidores:

A burocracia é um grande obstáculo para obtenção de recursos financeiros, principalmente os de origem pública. Fato que prejudica muito as organizações sociais. Existe uma série de procedimentos, documentações necessárias, como inscrição no conselho, CNPJ, estatuto social, plano de trabalho, prestação de contas, elaboração de relatórios, entre outros. Entrevistada “F”

No âmbito do Terceiro setor, existem dualidades antagônicas de visões sobre o seu papel na sociedade, isto quer dizer, uma das visões seria a de que as organizações filantrópicas auxiliam o Estado na desburocratização das atividades com vistas para a eficiência e efetividade, a descentralização das ações promove autonomia e agilidade, abrindo assim portas para que a sociedade possa participar no processo de gestão estatal. (FERRAREZI, 2002). Outra visão que se contrapõe a esta, é a de que o Estado ao terceirizar os serviços de assistência social, coloca em risco a qualidade do serviço a ser prestado, pois são repassados mínimos recursos financeiros (sempre insuficientes) para contratar profissionais capacitados, manutenção da instituição, atividades com a população beneficiária, entre outros; obrigando as ONGs a utilizarem técnicas de

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

sensibilização, para usarem a sociedade como uma segunda fonte de recursos (que também nem sempre se tornam suficientes). Com isto, esta insuficiência de recursos financeiros/humanos torna os serviços fragmentados e fragilizados. Além disto, outro argumento seria o da influência do contexto histórico em que as ligam ao caráter de caridade / assistencialismo (MONTANO, 2002).

A atuação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem papel importante na redes sócio assistencial, dentre as suas competências estão: aprovar a Política Municipal de Assistência Social; normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social no âmbito municipal; fixar normas para inscrição das entidades/organizações de assistência social no âmbito municipal; inscrever as entidades/organizações de assistência social para fins de funcionamento; fiscalizar as entidades/organizações de assistência social de acordo com diretrizes e normas a serem estabelecidas pelo Plenário através de Resolução; orientar e controlar a administração do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS; estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FMAS; entre outros.

O CMAS tem papel fundamental na gestão da assistência social, não somente aqui no nosso município, mas em todo Brasil, por isto, acredito que quando elegemos os seus representantes é um ato de extrema importância, pois é esta instituição que nos representa e toma decisões relevantes. Entrevistado “V”

A participação dos usuários no conselho de assistência social é muito importante, pois ele fica bem próximo do ambiente gestor e revela um olhar diferente, “melhor” um olhar de fora nas práticas de assistência social no município. As conferências de assistência social são momentos importantes, sempre que acontecem incentivamos os usuários a participarem. Entrevistada “B”

O Decreto N° 6308/2007, determina que as entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal para seu regular funcionamento, nos

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

termos do art. 9º da Lei nº 8.742, de 1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações, independentemente do recebimento ou não de recursos públicos. As documentações necessárias para inscrição são: cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório; cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório; plano de ação (conforme artigo 3º da Resolução CNAS 16/2010); cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

O SUAS: OLHAR ASSISTENCIALISTA VERSUS OLHAR DO DIREITO SOCIAL?

A trajetória histórica da Política de Assistência Social, como já se discutiu neste artigo, nos possibilita observar que o município de São Carlos passou por longos processos de transformações no campo da assistência social, no que tange a construção e efetivação da Política de Assistência Social. Com isto, é imprescindível analisar e compreender se diante destas mudanças ocorridas na assistência social do modelo tradicional (ótica pela caridade/assistencialista) para a Nova Assistência Social (ótica de direitos/ não contributiva) como as organizações de origem públicas e privadas se estruturaram, ou melhor, estruturaram-se.

Dentre todas as organizações estudadas, quando perguntamos aos entrevistados como é enxergada na atualidade a assistência social em São Carlos, os participantes relataram uma série de valores que assinalaram um projeto conservador de política pela ótica do assistencialismo (paternalismo, patrimonialismo, clientelismo, entre outros), como também, falaram também sobre valores que contribuem para a efetivação de um projeto pela ótica de direitos (justiça social, democracia, igualdade, entre outros). Alguns entrevistados, apesar de considerarem a existência de traços frequentes do assistencialismo na realidade local, destacam o direito como traço predominante no município.

O entrevistado “V” nos relata sobre o assistencialismo:

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

O que torna complicado trabalhar com a assistência social no município, é esta “quebra” de ações que por muitas vezes ocorrem, nós aqui do setor público não conseguimos sincronizar com o setor privado “as entidades”, iniciamos com ações e práticas de direitos e quando vamos buscar auxílio/recursos, nesta parte da rede e nos deparamos com o assistencialismo. E isto se torna um desafio e aumenta a complexidade da prática. Entrevistada “L”

Deflagramos ainda algumas demandas clientelistas encaminhadas pelo poder legislativo, a qual, respondemos de forma técnica, de acordo com os critérios estabelecidos pelo serviço, pautados pela equidade social. Entrevistado “V”

O entrevistado “A” nos relata que os avanços da assistência social pela ótica de direitos:

Em linhas gerais, há ainda a compreensão do benefício, do emergente. Porém, com base nas discussões sobre direitos, garantia, garantia de acessos, multidimensionalidade da pauperização, inicia-se o processo de construção com as famílias de compreender a assistência social como política pública de direito. Temos conseguido perceber avanços nesse sentido, através do empoderamento dessas demandas e das lideranças comunitárias. Temos garantido a participação de representante da sociedade civil como membros do CMAS, em nosso território. Entrevistado A

Através dos dados coletados, podemos dizer que, apesar dos muitos avanços obtidos na Política de Assistência Social com a implementação do SUAS, existe um longo caminho na direção de uma perspectiva de direito. É evidente que em São Carlos o SUAS introduziu uma nova direção para a Assistência Social, entretanto, por diversos fatores anteriormente explicitados, ainda não foi possível transformar por completo a assistência social no município.

O SUAS ainda está em formação no município, lutando pela sua consolidação. As legislações sobre a assistência social são muitos recentes, a política é recente. O SUAS é uma mudança positiva para a assistência social, mas que envolve muita luta, tanto pelos profissionais como pelos usuários. Entrevistada “V”

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

Para se fortalecer a assistência social, não somente em São Carlos, mas no Brasil em si. O primeiro passo é desconstruir esta visão, este pensamento da assistência ligada ao imediatismo, ao favor, ao fato de que se eu tenho o suficiente para minha sobrevivência eu devo ajudar o próximo, por que se eu não ajudar, vou passar uma imagem à sociedade que sou uma pessoa avarenta e egoísta. Como também aquela ideia da superioridade, eu que ajudo sou superior àquele que pede ajuda, que é um pobre coitado. Já me deparei com usuários que tinham vergonha de buscar benefícios e até mesmo fazer parte de programas sociais, devido a esta visão de coitadinho. Entrevistada “D”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou produzir contribuições que originassem considerações teóricas capazes de fomentar uma reflexão sobre a assistência social, a respeito do direcionamento político ao qual se insere na atualidade. Para isto, foi analisada a rede socioassistencial de São Carlos/SP, no que tange as ONGs, Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, Conselho Municipal de Assistência Social e as unidades públicas (CRAS, CREAS e Centro Pop).

O município de São Carlos, como explanado historicamente, ainda passa por complexas transformações. A consolidação do SUAS no município acedeu espaços para novos direcionamentos e para a configuração efetiva de uma Política de Assistência Social. É visível a transformação do campo da assistência social. A nova ordem social instituída pela CF/88 “a dos direitos sociais”, nos mostra que o equilíbrio da ótica assistencialista iniciou o seu processo de rompimento. Dizemos isto, pois apesar dos aspectos legais determinarem o exílio desta ótica, ela ainda se encontra incrustada na cultura social da sociedade. Predominou entre as respostas dos entrevistados e dos assistidos a visão assistencialista na busca de benefícios sociais, serviços e programas. Os avanços adquiridos na Política de Assistência Social do município trouxeram uma nova direção, entretanto, ainda existe a necessidade de transformar as bases da cultura política do município, que ainda apresenta fortes traços assistencialistas e conservadores. Sposati

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

(2009) reafirma que a consolidação de um novo modelo para a política de assistência social depende da superação de antigas práticas e concepções.

Em consonância com Sposati (2009), percebe-se a existência de uma tensão ainda não resolvida no campo da assistência social entre a ótica assistencialista e a ótica de direitos. Onde no senso comum a assistência social aparenta se tornar mais fácil de ser praticada, aceita e entendida, do que um trabalho com qualidade do trabalho voltado para a técnica, com suporte científico-metodológico para garantir resultados em suas ações, serviços, atividades e programas.

Compreendemos que a assistência social com o olhar assistencialista, está fortemente presente nas organizações de caráter filantrópico, podemos mensurar esta presença através dos seguintes pontos, o voluntariado, na qual todas as ONGs possuem uma ação voluntária, ligadas ao conceito de solidariedade e caridade; a gratidão, o vínculo e a tutela. A ideia empregada por Mauss (1925) “dar, receber e retribuir” é presenciada em situações de voluntariado, como as famílias dos indivíduos que são atendidas pela organização. Percebemos que a maioria das organizações, em sua essência, estão ligadas a alguma religião e dentre as ONGs estudadas, conseguimos considerar a religião como demarcadora do assistencialismo. Entretanto, não podemos generalizar, ou seja, criar a imagem de que toda organização que está vinculada a uma religião é totalmente assistencialista. Pois, dentre a amostra estudada deparamo-nos com situações, nas quais organizações que não tinham nenhuma base religiosa eram conservadoras e assistencialistas.

Outro fator a se destacar, que vem a reforçar o viés assistencialista é o papel das Primeiras-Damas do poder executivo, também marcante e presente neste retrato da assistência social de São Carlos, por meio do qual muitos governos (inclusive o atual) reivindicam a ação das últimas em fundos sociais de solidariedade.

A ótica de direitos, fortaleceu-se com a implantação do SUAS, pois serviços que antes eram prestados de modo fragmentado, imediato, descompromissado, baseados na ajuda, passaram a ser organizados, normatizados, racionalizados e padronizados, conforme nos foi destacado por Spozati (2005).

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

Outro aspecto importante é a existência da necessidade da “sustentabilidade econômica” nas ONGs, que deve ser vista não apenas por meio da ausência da dependência de investidores, mas da falta de capacidade de gerenciamento de recursos financeiros. Os recursos financeiros podem variar mês a mês, por isto é importante ter várias fontes de receitas, para gerar garantias e diminuir riscos de crises financeiras. O conhecimento administrativo/contábil nas organizações é importante, seja no conhecimento e uso de práticas de planejamento estratégico na construção do plano financeiro, investimentos, prestação de contas, entre outros; além disto, a credibilidade e boa reputação são pontos fortes para a aquisição de recursos.

Entre as ONGs existe o isomorfismo mimético, que conforme Donadone e Jardim (2011, p.333) é o processo que “compele uma determinada unidade de população a espelhar se em outra, na tentativa de obter referências para sua atuação.” A forma de captação de recursos financeiros, como já relatamos, é semelhante entre todas as organizações estudadas. Outra evidência é a estrutura organizacional, que na maioria das organizações estudadas possuem os setores de assistência social, saúde, educação e gestão que são semelhantes.

Um dos pontos identificados neste estudo foi a falta da integração na rede entre as ONGs e organizações públicas de assistência social. Em algumas das entrevistas ao apresentar e explicar o objeto de pesquisa, por muitas vezes fomos questionados sobre o que seria o CRAS e o CREAS, no que tange as suas ações, seus objetivos, entre outros. Alguns dos entrevistados das ONGs, tinham uma visão assistencialista sobre estas unidades públicas de assistência social.

Outros pontos observados incluem uma baixa integração da rede socioassistencial na divulgação das formas profissionalizadas, fato que observamos quando visualizamos as Conferências de Assistência Social. O treinamento das organizações, envolveria famílias, funcionários, usuários, estudantes, profissionais do SUAS, entre outros. O respaldo técnico auxiliaria os profissionais, pois a legislação está exigindo cada vez mais conhecimento teórico e profissional. Outra questão é a falta de treinamento para as ONGs em os projetos para solicitação de subvenções sociais. Ao analisar a documentação dos projetos sociais, percebemos em geral a existência do “copiar e colar” de um ano para o

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

outro, não levando em consideração que os contextos se modificam, o uso de referência de leis, entre outros.

Assim, ao visualizarmos nossos dados de pesquisa nos deparamos com um quadro de avanços nas formas institucionais e profissionalizadas de assistência social, mas que carregam consigo uma simbiose histórica da formação do espaço de atuação dos diversos agentes, marcado pela religião e um assistencialismo direto. Entre outros fatores, não podemos deixar de mencionar a falta de recursos para a implementação das políticas públicas, criando um jogo no qual uma estrutura profissionalizada convive e se utiliza do antigo modelo de assistencialismo. Como explicitado por um dos agentes da secretaria: *“temos a política de acolhimento profissionalizado para essas pessoas, mas sem os recursos para implementá-las é comum repassar o atendido à uma instituição conveniada onde ele irá rezar e ser atendido”*. Tal fato nos remete a discussão não apenas sobre a ausência de recursos, mas, como relatam Donadone e Baggenstos (2017) sobre a atuação das organizações sociais, ou seja, deve-se levar em conta, quem são, como atuam os intermediários nos espaços de ação do Estado, em especial na disputa e configuração do que são denominados “mercados do bem”, bem como, suas implicações no avanço e nos embates da concepção profissionalizada ou formal e impessoal.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Social space and symbolic power. **Sociological Theory**, v.7, n.1, p.14-25, Spring,1989.

BRASIL. Lei nº 9604 de 05 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos a que se refere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 06 fev. 1998.

BRASIL. Decreto nº 6170, de 25 de julho de 2007. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 26 jul. 2007.

BRASIL. Decreto nº 6308, de 14 de dezembro de 2007. Dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 14 dez. 2007.

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Lei Orgânica de Assistência Social LOAS N ° 8.742**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1993.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica– NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS- NOB-RH/SUAS**, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate A Fome. Resolução nº14 de 15 maio de 2014. Define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social. **Diário Oficial da União**: Brasília, 16 mai. 2014.

DONADONE, Julio Cesar; GRÜN, Roberto. Participar é preciso! Mas de que maneira? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 111-126, 2001.

DONADONE, Julio Cesar; JARDIM, Maria Ap. Chaves. **Centralidades e as fronteiras das empresas do século 21**. Bauru: Edusc0, 2011.

DONADONE, Julio Cesar; BAGGENSTOSS, Saly. Intermediários e as novas configurações no tecido organizacional brasileiro: um estudo sobre as organizações sociais de saúde. **Tempo Social**, São Paulo, v.29, n.1, p. 131-149, 2017.

FERRAREZI, Elisabete. **Saiba o que são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED, 2002.

FLIGSTEIN, Neil. **The transformation of corporate control**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. **Rev. Administração Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 61-80, jun. 2007.

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo demográfico cidade de São Carlos/SP.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-carlos>. Acesso em: 26 mar. 2020.

MAUSS, Marcel. Essai sur le don. Forme et raison de l'Echange dans les sociétés archaïques. **Sociologie et anthropologie**, p. 143-279, 1925.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Ação e Programas/Assistência Social.** Ministério da Cidadania, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social#:~:text=A%20Assist%C3%A2ncia%20Social&text=Seu%20objetivo%20%C3%92garantir%20a,%20benef%C3%ADcios%20programas%20e%20projetos>. Acesso em: 26 mar. 2020.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME- MDS. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS):** Manual Informativo para jornalistas, gestores e técnicos. Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

SÃO CARLOS (SP). Lei Orgânica nº 34, de 05 de abril de 1990. **Diário Oficial do Município de São Carlos:** São Carlos, 06 abr. 1990. Disponível em <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2007/150385-leis-municipais.html>. Acesso em: 26 mar. 2020.

_____. Ementa Substitutiva nº 01 à Lei Orgânica do Município, de 20 de dezembro de 2010. Disponível em <https://file.gtp.net.br/doc/arquivo/7871.pdf> Acesso em: 26 mar. 2020.

SÃO PAULO. Lei Estadual nº 2497 de 24 de dezembro de 1935. Organiza o Departamento de Assistência Social do Estado. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo:** São Paulo, 25 dez. 1935.

SILVA, Claudia Neves. **Igreja católica, assistência social e caridade:** aproximações e divergências Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006, p. 326-351.

SPOSATI, Aldaíza. A gestão da assistência social de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, v. 39, n. 3, p. 505-573, 2005.

_____. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245



YAZBEK, Maria. Carmelita. Serviço Social e pobreza. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, p.153-154, jul./dez. 2010.

| |
|--|
| Recebido em: 30/11/2020 Aprovado em: 15/02/2021 |
|--|

Embates e interligações na trajetória da assistência social no Brasil: um estudo de caso no interior de São Paulo – Juliana de Araújo Silva; Julio Cesar Donadone – p. 212-245